



Modalidade do trabalho: Ensaio teórico
Evento: XVIII Jornada de Pesquisa

GESTÃO SOCIAL: APROXIMAÇÕES CONCEITUAIS¹

Sérgio Luís Allebrandt².

¹ Ensaio teórico vinculado ao projeto interinstitucional “Gestão Social: ensino, pesquisa e prática”, Grupo de Pesquisa GPDeC, Linha de Pesquisa Administração Pública e Gestão Social do PPGDES/UNIJUI.

² Professor Doutor do PPGDES/UNIJUI, líder do GPDeC, allebr@unijui.edu.br

O tema gestão social tem sido evocado nos últimos anos para acentuar a importância das questões sociais, sobretudo na implementação de políticas públicas. A gestão social aparece como uma alternativa de gestão pública, na qual, nas palavras de Tenório (2002, p. 134), o cidadão é o sujeito privilegiado de vocalização daquilo que interessa à sociedade nas demandas ao Estado e daquilo que interessa ao trabalhador na interação com o capital. Isto é, a cidadania é vista não apenas como a base da soberania de um Estado-nação, mas também como expressão do pleno exercício de direitos exigíveis em benefício da pessoa e da coletividade.

Assim, Gestão Social é uma expressão que vem se tornando cada dia de uso mais corrente, tanto no âmbito da academia, com a formação de diversos grupos de pesquisa e de extensão que passaram a estudar as práticas de gestão social presentes na sociedade, quanto, como afirma França Filho (2008), no âmbito das práticas sociais, em que atores, não apenas governamentais, mas, sobretudo, de organizações não-governamentais, associações, fundações, e inclusive iniciativas do setor privado que se exprimem nas noções de cidadania corporativa ou de responsabilidade social da empresa.

Singer (1999) afirma que gestão social diz respeito às ações que intervêm nas diferentes áreas da vida social para a satisfação das necessidades da população. Ele propõe que a gestão social seja viabilizada através de políticas e práticas sociais articuladas e articuladoras das diversas demandas.

Dowbor (1999) aborda as tendências da gestão social alertando para a necessidade de repensar formas de organização social e redefinir a relação entre o político, o econômico e o social. Entende a gestão social como paradigma em construção que busca superar a visão estadocêntrica ancorada na excessiva burocratização e centralização da máquina pública e a visão de mercado que coloca o lucro e a competitividade acima de tudo.

Tânia Fischer (2002) aborda a gestão social como um ato relacional que se estabelece entre pessoas, em espaços e tempos relativamente delimitados, objetivando realizações e expressando interesses de indivíduos, grupos e coletividade.

Para Fischer et al. (2006) a gestão social pode ser praticada tanto no âmbito público quanto privado, tendo como objetivo fundamental o desenvolvimento social, seja em nível micro ou macro, uma vez que a gestão sempre se orienta para a mudança e para o desenvolvimento.





Modalidade do trabalho: Ensaio teórico

Evento: XVIII Jornada de Pesquisa

Para França Filho (2003, 2008) trata-se de uma inovação na disciplina administrativa, pois se trata de compreender uma maneira de gerir que não se orienta por fins econômicos e isso vem a contrariar a tradição de desenvolvimento das técnicas e metodologias gerenciais em administração.

Tenório (1998), ao estabelecer uma perspectiva conceitual para a gestão social com base no paradigma habermasiano, recupera os conceitos de ação social presentes na teoria da ação comunicativa. Este autor opta por contrapor ao conceito de ação estratégica o de ação comunicativa. Faz esta opção porque a ação teleológica se amplia, convertendo-se em ação estratégica, quando no cálculo de um ator na busca de seu êxito intervém a expectativa de decisões de outro(s) autor(es) que também atua(m) na busca de seu(s) objetivos.

O autor propõe então a contraposição dos dois tipos de ação racional: ação estratégica – ação racional voltada para o êxito; e ação comunicativa – ação racional voltada para o entendimento.

A ação estratégica é típica da gestão estratégica, cujas características são: comandada pela razão instrumental (técnica); tipo de ação utilitarista; baseado no cálculo de meios e fins; implementada através da interação de duas ou mais pessoas; um dos atores tem autoridade formal sobre a(s) outra(s); é uma combinação de competência técnica com atribuição hierárquica; gestão que enfatiza a ação gerencial do tipo monológica; e é o modelo gerencial presente por excelência nos sistemas-governo e sistemas-empresa.

A gestão social, por sua vez, caracteriza-se por: comandada pela razão comunicativa, pelo agir comunicativo; enfatiza a ação gerencial dialógica, participativa; o processo decisório é exercido por meio dos diferentes sujeitos sociais; baseada no entendimento mútuo entre os atores/sujeitos, na harmonização interna dos planos de ação pelos atores; exige a presença do discurso argumentativo sujeito às três pretensões de validade: veracidade, correção normativa e autenticidade.

O conceito de gestão social é entendido como o processo gerencial dialógico no qual a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação. O adjetivo social qualificando o substantivo gestão é percebido como o espaço privilegiado de relações sociais em que todos têm igual direito à fala, sem nenhum tipo de coação.

A definição de gestão social vai estar apoiada na compreensão da inversão dos seguintes papéis: Estado-sociedade, capital-trabalho e mercado-sociedade para sociedade-Estado, trabalho-capital e sociedade-mercado, ou seja, a sociedade passa a figurar como foco principal nas relações com os demais segmentos.

Esta inversão conceitual traz à tona duas questões: primeiro, que a dinâmica da sociedade ocorre pela interação dos três segmentos básicos que a compõem – o Estado, o mercado e a sociedade civil; segundo, que hoje se defende a necessidade de uma articulação entre estes segmentos que se pautem numa divisão de poder equilibrada e, para isso, é fundamental que a sociedade civil deixe de ser vista como cliente, alvo ou meta. A sociedade civil precisa, isso sim, se constituir em protagonista privilegiado deste processo de articulação, em igualdade de condições, empoderada e corresponsável.

Por isso a definição de gestão social está apoiada no conceito de cidadania deliberativa, que significa que a legitimidade das decisões deve ter origem em espaços de discussão orientados pelos princípios da inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa, da autonomia e do bem comum.





Modalidade do trabalho: Ensaio teórico

Evento: XVIII Jornada de Pesquisa

Espaços nos quais se articulam diferentes atores que vocalizam as suas pretensões com o propósito de planejar, executar e avaliar políticas públicas ou decisões de produção. Tenório (2006) entende a gestão social como o processo gerencial decisório deliberativo coletivo que procura atender às necessidades de um município, uma sociedade, região, território ou sistema social específico, quer vinculado à produção de bens quer à prestação de serviços.

Assim, gestão social pode ser entendida como um importante instrumento de construção da cidadania. Gestão social supõe a participação dos cidadãos em todo o processo das políticas públicas, desde a problematização para a formação da agenda pública e no processo de formulação, implementação e avaliação das políticas. A participação tem relação direta com o conceito de cidadania deliberativa, a partir do momento em que esse processo deva se dar pela reivindicação dos atores sociais e não por uma concessão do poder público.

No entendimento de Tenório (2006), o tema gestão social vem sendo objeto de estudo e prática muito mais associado à gestão de políticas sociais, de organizações do terceiro setor, do combate à pobreza e até ambiental, do que à discussão e possibilidade de uma gestão democrática, participativa, quer na formulação de políticas públicas, quer nas relações de caráter produtivo.

A gestão social se funda, assim, na democratização das relações sociais, na construção da cidadania. Institui, enquanto construção conceitual e enquanto práxis social, um novo quadro de relações que se estabelecem na sociedade. Na gestão social requer-se a substituição do enfoque estadocêntrico e/ou mercadocêntrico, por um enfoque sociocêntrico, onde a sociedade civil aparece como sujeito do processo. Isso requer a construção de um novo triângulo social, no qual a sociedade civil passa a ocupar uma posição de destaque, em que a cidadania emerge como protagonista no processo dessas novas relações. A gestão pública e a gestão do desenvolvimento constituem-se em locus privilegiado, em espaço público para a prática da gestão social.

A gestão social apresenta interfaces com a administração pública, em sua vertente societal, e se manifesta nas experiências alternativas de gestão pública, como os conselhos gestores de políticas públicas, os planos plurianuais e os orçamentos participativos e tem suas raízes nas práticas das mobilizações populares contra a ditadura e pela redemocratização do país, com destaque para os movimentos sociais, os partidos políticos de esquerda e centro-esquerda e as Organizações Não Governamentais.

Não se pode pensar a gestão social do desenvolvimento local/regional sem articular os conceitos de participação, cidadania, democracia e descentralização, já que os mesmos estão imbricados nas práticas sociais desenvolvidas tanto pelos governos como pela sociedade civil e, por isso, desconsiderar um deles ou tomar um pelo outro pode gerar entendimentos parciais.

